

economia

Governo anuncia contenção total de R\$ 16,1 bilhões

Trata-se de uma redução de R\$ 1,9 bilhão frente à contenção do terceiro bimestre, que foi de R\$ 17,9 bilhões

/CONJUNTURA

O governo federal anunciou nesta quinta-feira uma redução no congelamento de verbas no Orçamento, totalizando R\$ 16,1 bilhões de recursos que ficam vedados de serem utilizados pelos ministérios, para compensar a frustração de receitas e novas despesas.

Até o anúncio desta quinta, os recursos atualmente vedados totalizavam R\$ 17,9 bilhões, a partir do instrumento de bloqueio, utilizado quando as despesas obrigatórias excedem o teto da regra fiscal. Hoje, o governo anunciou um desbloqueio de R\$ 15,5 bilhões, já que o governo prevê gastos inferiores com previdência, despesas com folha de salários e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

De outro lado, pela primeira vez no ano, a equipe econômica utilizou o mecanismo do contingenciamento, que é usado em caso de ameaças ao cumprimento da meta fiscal.

A meta fiscal deste ano pre-

vê superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a R\$ 34,3 bilhões. Mas o arcabouço fiscal permite uma variação negativa de 0,25% do produto. Ou seja: para este ano, a meta é considerada cumprida caso o resultado primário seja zero.

O governo estava projetando uma arrecadação maior do que as despesas, com um superávit primário de R\$ 10,8 bilhões. Como as novas projeções apontaram para um déficit de R\$ 13,6 bilhões, foi necessário contingenciar valores no mesmo montante.

Entre as frustrações de receita agora projetadas está a baixa com a taxa dos dividendos. O Tribunal de Contas da União (TCU) estava elevando a pressão sobre o governo e chegou a emitir um alerta, já que o Executivo estava sustentando que arrecadaria quase R\$ 29 bilhões com essa fonte, enquanto a arrecadação realizava estava muito abaixo do projetado.

O governo também projeta arrecadar R\$ 3,9 bilhões a me-

nos com dividendos de estatais. Conforme mostrou a reportagem, essa fonte também preocupava o mercado e a própria equipe econômica, já que a arrecadação foi considerada abaixo do esperado no primeiro semestre deste ano.

Além disso, há uma projeção de baixa em todas as receitas devido à queda do PIB projetado para o ano, que passou de um crescimento de 2,27% no terceiro bimestre para 2,02%, conforme divulgado pelo Ministério da Fazenda esta semana.

No relatório bimestral de receitas e despesas divulgado hoje, o governo também acomoda os impactos do reajuste do Bolsa Família para este ano, que elevará as despesas obrigatórias em R\$ 5,8 bilhões. Na última semana, o programa social foi reajustado às vésperas da eleição, elevando o repasse mínimo de R\$ 600 para R\$ 691 por família.

A equipe econômica também está acomodando os custos com a subvenção aos preços do diesel. Para cada R\$ 1 de subsídio ao preço do diesel custa cerca de R\$ 5 bilhões ao mês. O gasto é



RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL/JC

Meta fiscal deste ano prevê superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto

executado por crédito extraordinário, o que permite sua exclusão do teto de despesas, mas mantém seu cômputo na meta de resultado primário.

O rombo total projetado, conforme divulgado hoje, de R\$ 80,9 bilhões nas contas públicas este ano, absorvendo as novas medidas para segurar os impactos do conflito do Oriente Médio nos combustíveis.

O governo é autorizado a deduzir desse montante algumas

despesas, como precatórios, gastos com defesa e dispêndios que ocorrem pela abertura de crédito extraordinário, como os gastos com a subvenção dos combustíveis. Embora os descontos permitam ao governo cumprir a meta fiscal, o resultado efetivo é um parâmetro para medir a dívida pública brasileira, que atingiu 82,5% do PIB em julho, maior patamar em cinco anos que preocupa especialistas e integrantes do próprio governo Lula.

Galípolo se diz preocupado com crédito predatório

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse nesta quinta-feira estar preocupado com a oferta de crédito predatório (oferta indiscriminada, sem análise sobre a capacidade de pagamento e com altas taxas de juros) e defendeu medidas preventivas e de transparência contra o endividamento dos brasileiros.

Ele ressaltou que, das cerca de 100 milhões de pessoas que têm dívidas no cartão de crédito, metade paga juros próximos a 15% ao mês, com alto comprometimento de renda. “Se não tiver medidas macroprudenciais, dificilmente essas pessoas vão conseguir escapar desse ciclo (...) medidas preventivas, de transparência, que criem consciência por questões de cidadania financeira.”

No relatório de política monetária, o BC ressaltou que os níveis elevados de endividamento e de custo do crédito seguem pressionando o comprometimento de renda das famílias. De acordo com a autoridade monetária, o endividamento mantém-se em patamar historicamente alto desde o fim de 2021 e atingiu 49,9% em janeiro, recorde da série, com relativa esta-

bilidade desde então.

Nesse cálculo, o BC considera o saldo das dívidas das famílias no mês de referência, neste caso fevereiro, em relação à renda disponível acumulada nos últimos 12 meses. O comprometimento da renda, por sua vez, aumentou nos últimos meses, alcançando 28,9% em junho, o maior valor da série. Nesse caso, o cálculo considera o saldo das dívidas em relação à renda mensal das famílias.

“O processo de inclusão bancária, aliado a inovações tecnoló-

gicas e a condições favoráveis no mercado de trabalho, impulsionou o acesso das famílias ao crédito, contribuindo para a elevação do endividamento e do comprometimento de renda nos últimos anos”, disse. “Mais recentemente, o aumento do custo do crédito ao longo do ciclo de aperto monetário e a expansão da demanda por crédito emergencial, tipicamente mais caro, também contribuíram para a elevação do comprometimento da renda ao nível recorde atual”, acrescentou.



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO/JC

Metade dos devedores de cartão paga juros de 15% ao mês, diz líder do BC

Planalto deve manter subvenção de R\$ 2,12 do diesel por mais 30 dias

/COMBUSTÍVEIS

O governo Lula deve anunciar até o fim desta semana a manutenção da subvenção de R\$ 2,12 do diesel por mais 30 dias, segundo informou nesta quinta-feira o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti. Caso confirmada, a medida será anunciada às vésperas do primeiro turno da eleição presidencial.

No início deste mês, o governo anunciou uma nova subvenção de R\$ 1,00 para o diesel, que vigorava de forma concomitante à subvenção que já estava em vigor, de R\$ 1,12, totalizando R\$ 2,12.

A Medida Provisória que concedia a subvenção de R\$ 1,12 vai caducar no sábado. Moretti disse que o governo deve anunciar a prorrogação desse mesmo montante até o fim desta semana.

rio e de construção civil
“Vamos levar ao presidente, mas frente aos indicadores, a tendência é que a gente mantenha [a subvenção]”, falou o ministro du-

rante entrevista coletiva que detalhou as novas projeções para a execução do Orçamento este ano.

A prorrogação do R\$ 1,12 poderá ser efetivada já que a Medida Provisória publicada no início deste mês dá margem ao governo para fazer ajustes no montante total da subvenção.

No início do mês, o governo também anunciou que zeraria o PIS/Cofins do etanol hidratado e da gasolina deve ser de R\$ 2 bilhões por mês, aproximadamente.

A subvenção tem como objetivo reduzir a pressão sobre o preço do diesel no mercado doméstico, combustível utilizado principalmente no transporte de cargas e no transporte coletivo.

Além do diesel, o Executivo anunciou neste mês outras medidas para reduzir os preços dos combustíveis: desoneração de R\$ 0,63 por litro de PIS/Cofins sobre a gasolina; desoneração de R\$ 0,19 por litro sobre o etanol; nova subvenção de R\$ 1 por litro de diesel, somada ao benefício de R\$ 1,12 já existente.